



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

### PARECER CONCLUSIVO

Processo SEI nº 3535507.414.00004146/2024-24

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, em cumprimento ao artigo 203 das Instruções Normativa nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, emite PARECER CONCLUSIVO sobre a Prestação de Contas Anual dos recursos repassados e aplicados pela Entidade no exercício de **2024** e ATESTA, conforme documentos:

I - Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAGUAÇU PAULISTA- APAE**, CNPJ nº 47.581.491/0001-75, encontra-se em seu pleno e regular funcionamento à Rua Santos Dumont, nº 2.022 – Bairro Vila Gammon – Paraguaçu Paulista. Endereço Eletrônico: <http://www.apaeparaguacupaulista.org.br>.

Sua **finalidade** estatutária conforme art. 9º:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

**Objeto:** Manutenção do Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.

II, III e IV—relação dos repasses concedidos e datas das prestações de contas durante o ano:

| <b>Lei autorizadora</b> nº. 3.441, de 24 de março de 2022                         |             |                        |                     |
|---|-------------|------------------------|---------------------|
| Tipo de concessão: <b>Termo de Fomento nº 008/2022 – Termo Aditivo nº 12/2024</b> |             |                        |                     |
| <b>Fonte de recursos:</b> Fonte 01 – MUNICIPAL                                    |             |                        |                     |
| <b>Vigência:</b> 01/01/2024 a 31/12/2024  |             |                        |                     |
|   |             |                        |                     |
| <b>Empenho/Liquidação</b>   | <b>Data</b> | <b>Valor repassado</b> | <b>Prest.Contas</b> |
| 02049/001   | 23/02/2024  | 10.057,27              | 15/05/2024          |
| 02049/002   | 23/02/2024  | 10.057,27              |                     |
| 02049/003   | 07/03/2024  | 10.057,27              |                     |
| 02049/004   | 04/04/2024  | 10.057,27              |                     |

| Lei autorizadora nº. 3.441, de 24 de março de 2022 |            |                   |  |
|--|------------|-------------------|--|
| 02049/005  | 08/05/2024 | 10.057,27         | 16/09/2024   |
| 02049/006  | 07/06/2024 | 10.057,27         |  |
| 02049/007  | 05/07/2024 | 10.057,27         |  |
| 02049/008  | 07/08/2024 | 10.057,27         |  |
| 02049/009  | 03/09/2024 | 10.057,27         | 14/02/2025 –<br>prorrogação<br>por ofício nº<br>007/2025 |
| 02049/010  | 08/10/2024 | 10.057,27         |  |
| 02049/011  | 05/11/2024 | 10.057,27         |  |
| 02049/012  | 06/12/2024 | 10.057,25         |  |
| (=) Total do repasse                               |            | 120.687,22        |  |
| (+) Rendimentos de aplicação Financeira            |            | 61,22             |  |
| <b>(=) Total de recurso público</b>                |            | <b>120.748,44</b> |  |
| (-) Total das despesas pagas com recurso público   |            | 120.748,44        |  |
| <b>(=) Saldo de recursos públicos</b>              |            | <b>0,00</b>       |  |

A entidade aplicou no objeto do repasse:

| Despesas                                | Repassadas | Realizadas | Resultado   |
|---|------------|------------|-------------|
| Despesa com Pessoal                     | 96.000,00  | 107.046,87 | -11.046,87  |
| Material de Consumo                     | 11.520,00  | 5.301,07   | 6.218,93    |
| Serviços de Terceiros                   | 13.167,22  | 8.400,50   | 4.766,72    |
| <b>TOTAL</b>                            | 120.687,22 | 120.748,44 | -61,22      |
| (+) Rendimentos de aplicação financeira |            |            | 61,22       |
| <b>(=) Saldo de recursos públicos</b>   |            |            | <b>0,00</b> |

V– não houve glosas; saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente;

VI – as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, sendo seus objetivos atendidos.

| Índice de Efetividade (Atendidos/ Meta x 100)   |            |           |           |
|---|------------|-----------|-----------|
| Meta  | Meta Quant | Atendidos | Resultado |
| Promover a inclusão social para melhorar a qualidade de vida das pessoas com Deficiência e suas famílias. | 70         | 62        | 88,57%    |
| Favorecer a autonomia e independência da pessoa com deficiência.  | 70         | 62        | 88,57%    |
| Trabalhar aspectos da prevenção de deficiências, buscando a efetividade das políticas sociais.            | 70         | 62        | 88,57%    |

O resultado alcançado no exercício de 2024, demonstra que houve efetivamente 745 acolhidos, na média de 62 por mês, e possibilitou diversas formas de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e seus familiares conforme relatório de atividades.

A Prefeitura não dispõe sobre atendimento especializado na proposta apresentada, e a infraestrutura que a Entidade dispõe, motivo pelo qual, o alto custo para a implementar o referido atendimento, pautou-se pela economicidade, subvencionando à Entidade e mantendo um custo-benefício importante.

VII -O recurso repassado a título de **Termo de Fomento**, destinou-se a **custeio** (manutenção do serviço de prestação social especial) sendo seus objetivos atendidos, conforme fixados previamente no plano de trabalho da entidade, utilizando-se **totalmente** os recursos repassados, observando o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII – a documentação fiscal dos gastos realizados, a declaração com assinaturas do Presidente e conselhos fiscais, e o Balanço Anual com suas demonstrações contábeis demonstraram consistência e os registros contábeis apresentados evidenciam sua contabilização em conformidade com a regulamentação, assinado pelo contador com CRC regular.

IX – prejudicado;

X – os documentos digitalizados dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, nº da Lei e nº do Termo, tipo de repasse, bem como do órgão repassador a que se referem;

XI – a Entidade demonstrou mediante documentos hábeis, que se encontra regular perante os órgãos oficiais, bem como a apresentação da declaração da quitação dos encargos e direitos trabalhistas, anexo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, o CRF- Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XII – de acordo com a declaração da entidade e conselhos fiscais, a entidade executou seu objeto em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIII – o Controle Interno do Município, nomeada pela portaria nº 23.500 de 08 de setembro de 2021, é exercida pela Controladora Geral do Município a Lúcia Akemi Hirase Mitami, servidora pública efetiva no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 99.474-1, e pelo Agente de Controle Interno (Poder Executivo) o Wanderson Orlando da Silva, servidor público efetivo no cargo de Técnico em Contabilidade, matrícula nº 124.929-2, nomeado pela Portaria nº 24.946 de 24 de janeiro de 2025;

XIV – não houve visita in loco pelo órgão ou entidade públicos concessionários.

XV – Não houve eventual rateio administrativo de custos indiretos realizado pela entidade do Terceiro Setor, foi verificado e avaliado pelo poder público, quanto à razoabilidade, pertinência com o objeto, proporcionalidade e adequação das despesas.

XVI - A prestação de contas examinadas de acordo com os relatórios apresentados demonstraram:

( X ) regularidade,

( ) regularidade com ressalvas

( ) irregularidade

A entidade apresentou seu Relatório de Atividades Desenvolvidas no exercício de 2024.

**CONCLUSÃO:** Considerando o que consta no presente relatório, a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAGUAÇU PAULISTA – APAE,

apresentou a prestação de contas anual, sendo possível concluir pela prestação de contas regular à aplicação dos recursos repassados, e **Parecer Conclusivo Favorável**.

À ciência do Sr. Prefeito Municipal para homologação, conclusão e arquivamento do processo.

Lúcia Akemi Hirase Mitami

Controladora Geral do Município

Cátia Aparecida da Silva

Gestora das Parcerias

Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social

Tendo em vista a comprovação apresentada, considerando os pareceres técnico, financeiro e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, homologo e MANIFESTO PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL aprovando a presente prestação de contas à aplicação dos recursos repassados a título de **Termo de Fomento nº 08/2022 – Termo Aditivo nº 12/2024**, da Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAGUAÇU PAULISTA – APAE, exercício de 2024.

Paraguaçu Paulista, na data da assinatura digital.

ANTONIO TAKASHI SASADA

Prefeito Municipal

Ciente:

Arnaldo Góis Maciel

Presidente da Entidade

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Akemi Hirase Mitami, Controlador Geral do Município**, em 15/05/2025, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Catia Aparecida da Silva, Diretor de departamento**, em 12/06/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Takashi Sasada, Prefeito**, em 13/06/2025, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **ARNALDO GOIS MACIEL, Usuário Externo**, em 25/06/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/marilia/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/marilia/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0065497** e o código CRC **8CF4BEB6**.

---